

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA  
GOVERNO REGIONAL  
SECRETARIA REGIONAL DE TURISMO, AMBIENTE E CULTURA  
GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL

**PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICAÇÃO NO JOUE**

**N.º 3/2025/SRTAC**

**“Aquisição, em três lotes, de Serviços de Segurança / Vigilância dos Museus: Casa Museu Frederico de Freitas, Museu Quinta das Cruzes, Museu de Fotografia da Madeira (Atelier Vicente's)”**

**CADERNO DE ENCARGOS**

**Capítulo I**

**Disposições gerais**

**Cláusula 1.ª**

**Objeto**

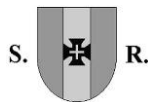
1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal assegurar serviços de Segurança e a Vigilância dos Museus: Casa Museu Frederico de Freitas, Museu Quinta das Cruzes e Museu de Fotografia da Madeira (Atelier Vicente's), de acordo com os seguintes lotes:
  - a) **LOTE 1:** Aquisição de Serviços de Segurança / Vigilância da Casa Museu Frederico de Freitas, sito à Calçada de Santa Clara, n.º 7, 9000-036, Funchal;
  - b) **LOTE 2:** Aquisição de Serviços de Segurança / Vigilância do Museu Quinta das Cruzes, sito à Calçada do Pico, n.º 1, 9000-206, Funchal;
  - c) **LOTE 3:** Aquisição de Serviços de Segurança / Vigilância do Museu de Fotografia da Madeira (Atelier Vicente's), sito à Rua da Carreira n.º 43, 9000-042, Funchal.
2. O objeto do presente procedimento insere-se na categoria CPV 79714000-2 Serviços de vigilância, conforme o Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28 de novembro de 2008, que altera o Regulamento (CE) n.º 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV).

1

<http://madeira.gov.pt/srtac>

[gabinete.srtac@madeira.gov.pt](mailto:gabinete.srtac@madeira.gov.pt)





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA  
GOVERNO REGIONAL  
SECRETARIA REGIONAL DE TURISMO, AMBIENTE E CULTURA  
GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL

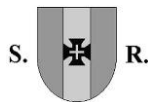
**Cláusula 2.<sup>a</sup>**

**Preço base**

1. Pelo objeto do presente Caderno de Encargos, a Secretaria Regional de Turismo, Ambiente e Cultura (Direção Regional da Cultura), obriga-se a pagar ao cocontratante **o valor máximo global de (correspondente ao valor do procedimento) de 729.654,80 € (setecentos e vinte e nove mil, seiscientos e cinquenta e quatro euros e oitenta centímetros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, **resultante do somatório do preço base dos 3 (três) lotes**, conforme abaixo descrito:
  - a) **LOTE 1: Aquisição de Serviços de Segurança / Vigilância da Casa Museu Frederico de Freitas**, no valor total de **218.896,44 €** (duzentos e dezoito mil, oitocentos e noventa e seis euros e quarenta e quatro centímetros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
  - b) **LOTE 2: Aquisição de Serviços de Segurança / Vigilância do Museu Quinta das Cruzes**, no valor total de **291.861,92 €** (duzentos e noventa e um mil, oitocentos e sessenta e um euros e noventa e dois centímetros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
  - c) **LOTE 3: Aquisição de Serviços de Segurança / Vigilância do Museu de Fotografia da Madeira (Atelier Vicente's)**, no valor total de **218.896,44 €** (duzentos e dezoito mil, oitocentos e noventa e seis euros e quarenta e quatro centímetros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. Nos termos do artigo 35.º-A do Código dos Contratos Públicos, foi realizada uma consulta preliminar ao mercado, de modo a obter o preço base.
3. Toda a informação relevante resultante da consulta preliminar, caso seja solicitada, será disponibilizada aos futuros concorrentes do procedimento, o que necessariamente só ocorrerá após terminado o prazo de apresentação de propostas, salvo se os documentos que constituem a proposta forem classificados como confidenciais por parte do interessado.

2





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA  
GOVERNO REGIONAL  
SECRETARIA REGIONAL DE TURISMO, AMBIENTE E CULTURA  
GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL

**Cláusula 3.<sup>a</sup>**

**Contrato**

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c) O presente Caderno de Encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

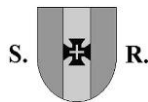
3

**Cláusula 4.<sup>a</sup>**

**Prazo**

O contrato mantém-se em vigor pelo prazo de **1 (um) ano**, sendo o mesmo **renovável** automaticamente, por igual período, até ao máximo de **duas renovações**, salvo denúncia por qualquer uma das partes, mediante fax ou e-mail enviado para a sede da parte contrária, com a antecedência mínima de trinta (30) dias seguidos, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato.





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA  
GOVERNO REGIONAL  
SECRETARIA REGIONAL DE TURISMO, AMBIENTE E CULTURA  
GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL

## **Capítulo II**

### **Obrigações contratuais**

#### **Secção I**

#### **Obrigações do prestador de serviços**

##### **Subsecção I**

##### **Disposições gerais**

##### **Cláusula 5.<sup>a</sup>**

##### **Obrigações principais do prestador de serviços**

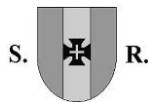
1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:

4

- a) Responsabilizar-se pela boa execução da prestação de serviços, devendo para o efeito cumprir as cláusulas técnicas descritas no presente Caderno de encargos;
- b) Comunicar antecipadamente à entidade adquirente, logo que deles tenham conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços, nos termos do contrato celebrado;
- c) Guardar sigilo sobre toda a informação e documentação relativa ao contraente público, de que possa ter conhecimento ao abrigo da execução do contrato.

2. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA  
GOVERNO REGIONAL  
SECRETARIA REGIONAL DE TURISMO, AMBIENTE E CULTURA  
GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL

**Cláusula 6.<sup>a</sup>**

**Local da prestação de serviços**

Os serviços serão prestados na Região Autónoma da Madeira, concelho do Funchal, nomeadamente nos seguintes locais:

- a) **LOTE 1:** Casa Museu Frederico de Freitas, sito à Calçada de Santa Clara, n.º 7, 9000-036, Funchal;
- b) **LOTE 2:** Museu Quinta das Cruzes, sito à Calçada do Pico, n.º 1, 9000-206, Funchal;
- c) **LOTE 3:** Museu de Fotografia da Madeira (Atelier Vicente's), sito à Rua da Carreira n.º 43, 9000-042, Funchal.

**Cláusula 7.<sup>a</sup>**

**Trabalhadores afetos à prestação de serviços**

1. O prestador de serviços obriga-se a cumprir o disposto no artigo 419.º-A do CCP, aplicável por via do n.º 2 do artigo 451.º do mesmo diploma, nos termos do qual:
  - a) Sendo a vigência do contrato superior a 1 ano, os trabalhadores afetos ao contrato prestam a sua atividade em regime de contrato de trabalho sem termo;
  - b) Sendo a vigência do contrato igual ou inferior a 1 ano, os trabalhadores afetos ao contrato podem prestar a sua atividade em regime de contrato de trabalho a termo, não podendo o vínculo laboral ter duração inferior à vigência do contrato de prestação de serviços.
2. São aplicáveis as exceções previstas nos n.ºs 3 e 4 do artigo 419.º-A do CCP.

**Subsecção II**

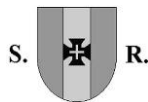
**Dever de sigilo**

**Cláusula 8.<sup>a</sup>**

**Objeto do dever de sigilo**

1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao contraente público, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.





**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
**GOVERNO REGIONAL**  
**SECRETARIA REGIONAL DE TURISMO, AMBIENTE E CULTURA**  
**GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL**

2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

## **Secção II**

### **Obrigações do contraente público**

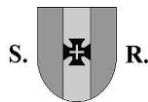
#### **Cláusula 9.<sup>a</sup>**

##### **Preço contratual**

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o contraente público deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. No preço estão incluídos todos os custos, encargos e despesas que nos termos do contrato estejam a cargo do cocontratante, nomeadamente, os relativos a mão-de-obra e seus encargos, aos produtos e equipamentos necessários para o efeito e os encargos legais referentes aos efetivos envolvidos, respetivos seguros de acidentes e responsabilidade civil, e outros, bem como, à afetação de pessoal, alimentação e deslocação de meios humanos, seguros, encargos sociais legalmente fixados, equipamento de proteção individual dos elementos da equipa, bem como quaisquer encargos decorrentes da aquisição, transporte, armazenamento, manutenção e utilização de meios ou equipamentos necessários à prossecução da presente prestação e quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

6





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA  
GOVERNO REGIONAL  
SECRETARIA REGIONAL DE TURISMO, AMBIENTE E CULTURA  
GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL

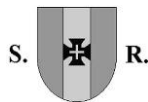
**Cláusula 10.<sup>a</sup>**

**Condições de pagamento**

1. As quantias devidas pelo contraente público, nos termos das cláusulas anteriores, devem ser pagas no prazo de 60 (sessenta) dias após a receção pelo contraente público das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, **as condições de pagamento serão processadas da seguinte forma:**
  - **O preço da adjudicação será processado em prestações mensais, fixas, iguais, regulares e constantes**, após a execução dos serviços e após a aprovação/validação pelo gestor do contrato, as quais deverão ser apresentadas no final de cada período a que respeita cada prestação mensal (**período de 30 dias/1 mês de execução do contrato**).
3. Não são admitidos adiantamentos por conta da execução do contrato.
4. As faturas devem ser emitidas em nome do contraente público, com indicação do serviço e referência do documento (nota de encomenda) que lhe deu origem, bem como a indicação do número de compromisso, devendo ser entregues ou remetidos para esta entidade pública, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, e ficam sujeitas à confirmação da sua boa execução.
5. As faturas deverão ainda cumprir com os requisitos legais e regulamentares para o efeito, nomeadamente quanto ao prazo para a sua emissão (conforme o estabelecido no artigo 36.º do Código do IVA) e a inclusão do QR Code (em cumprimento do disposto no despacho n.º 412/2020 de 23 de outubro) ou, em alternativa, a emissão de fatura (e outros documentos fiscalmente relevantes) através do portal da Autoridade Tributária, onde conste a menção ATCUD, código único de documento.
6. A fatura, juntamente com as certidões da Segurança Social e das Finanças, deverá ser enviada para o seguinte email: [faturas.eletronicas.srtac@madeira.gov.pt](mailto:faturas.eletronicas.srtac@madeira.gov.pt).
7. Em caso de discordância por parte do contraente público, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o

7





**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
**GOVERNO REGIONAL**  
**SECRETARIA REGIONAL DE TURISMO, AMBIENTE E CULTURA**  
**GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL**

cocontratante obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

8. O cocontratante não poderá ceder quaisquer direitos ou obrigações emergentes do presente contrato, incluindo a cessão de créditos, sem a prévia autorização escrita, por qualquer meio registado, do contraente público.
9. Em caso de violação do disposto no número anterior, incluindo a realização de uma cessão de créditos com a expressa oposição do contraente público, o cocontratante será responsável por todos os custos acrescidos que o cumprimento da obrigação perante o cessionário acarretar para o contraente público.

**Cláusula 11.<sup>a</sup>**

**Revisão de preços**

Durante a vigência do contrato, o preço da adjudicação não está sujeito a revisão de preços, uma vez que o preço base do procedimento já acomodou o risco de aumento dos preços, por força das atualizações da retribuição mínima mensal garantida (RMMG), pelo que, durante a vigência do contrato, não será aplicável disposto no artigo 68.º do Decreto Legislativo Regional n.º 6/2024/M, de 29 de julho (ORAM 24). 8

**Capítulo III**

**Penalidades contratuais e resolução**

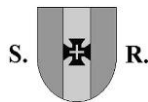
**Cláusula 12.<sup>a</sup>**

**Penalidades contratuais**

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o contraente público pode exigir do cocontratante o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:







REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA  
GOVERNO REGIONAL  
SECRETARIA REGIONAL DE TURISMO, AMBIENTE E CULTURA  
GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL

- a) Pelo incumprimento das horas e prazos da prestação de serviços, até 1% do valor total do contrato, por cada hora de atraso da prestação em causa, quando este não for razoavelmente justificado.
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do cocontratante, o contraente público. pode exigir-lhe uma pena pecuniária até 20% do preço contratual.
3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador de serviços ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a resolução do contrato.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, o contraente público tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
5. O contraente público pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

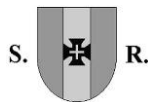
**Cláusula 13.<sup>a</sup>**

9

**Força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA  
GOVERNO REGIONAL  
SECRETARIA REGIONAL DE TURISMO, AMBIENTE E CULTURA  
GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

10

#### **Cláusula 14.<sup>a</sup>**

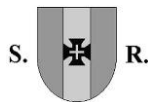
##### **Resolução por parte do contraente público**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o contraente público pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente:

<http://madeira.gov.pt/srtac>

[gabinte.srtac@madeira.gov.pt](mailto:gabinte.srtac@madeira.gov.pt)





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA  
GOVERNO REGIONAL  
SECRETARIA REGIONAL DE TURISMO, AMBIENTE E CULTURA  
GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL

- a) Pelo atraso, total ou parcial, na realização dos serviços objeto do contrato superior a três meses ou declaração escrita do prestador de serviços de que o atraso em determinados serviços excederá esse prazo;
  - b) Pelo cumprimento defeituoso do contrato, quando não for razoavelmente justificado.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo contraente público.

**Cláusula 15.<sup>a</sup>**

**Resolução por parte do prestador de serviços**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o cocontratante pode resolver o contrato quando o montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 (seis) meses.
2. Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao contraente público, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
3. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

11

**Capítulo IV**

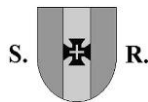
**Caução**

**Cláusula 16.<sup>a</sup>**

**Execução da caução**

1. A caução prestada para exato e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos do Programa do Procedimento, pode ser executada pelo contraente público, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo prestador de serviços das





**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
**GOVERNO REGIONAL**  
**SECRETARIA REGIONAL DE TURISMO, AMBIENTE E CULTURA**  
**GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL**

obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.

2. A resolução do contrato pelo contraente público não impede a execução da caução, contanto que para isso haja motivo.
3. A execução parcial ou total da caução referida nos números anteriores constitui o prestador de serviços na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa mesma execução, no prazo de 15 (quinze) dias após a notificação do contraente público para esse efeito.
4. A caução a que se referem os números anteriores é liberada nos termos do artigo 295.º do Código dos Contratos Públicos.

## **Capítulo V**

### **Resolução de litígios**

#### **Cláusula 17.<sup>a</sup>**

##### **Foro competente**

12

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal da Comarca da Madeira, com expressa renúncia a qualquer outro.

## **Capítulo VI**

### **Disposições finais**

#### **Cláusula 18.<sup>a</sup>**

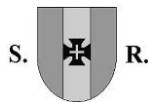
##### **Proteção de Dados Pessoais**

1. Em virtude da celebração do presente Contrato, o contraente público poderá vir a ter necessidade de disponibilizar ao prestador de serviços, o acesso a ficheiros que contenham dados pessoais, na medida em que tal se mostre necessário à prestação dos serviços contratados, não tendo o presente Contrato por objeto o tratamento de dados pessoais em nome e por conta do contraente público.

<http://madeira.gov.pt/srtac>

[gabinete.srtac@madeira.gov.pt](mailto:gabinete.srtac@madeira.gov.pt)



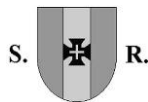


REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA  
GOVERNO REGIONAL  
SECRETARIA REGIONAL DE TURISMO, AMBIENTE E CULTURA  
GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL

2. Os dados pessoais a que o prestador de serviços possa vir a ter acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo contraente público ao abrigo dos serviços contratados, serão tratados apenas para as finalidades que clara e explicitamente se encontram identificadas no Contrato, em observância com a legislação em matéria de proteção de dados.
3. Mais se compromete, o prestador de serviços, a garantir que o eventual acesso aos dados pessoais seja limitado apenas aos seus colaboradores que dele necessitam, para cumprimento do serviço objeto do presente contrato, os quais comprometem-se expressamente e por escrito, a garantir a confidencialidade e a demonstrar o cumprimento dessa obrigação, caso seja solicitado pelo contraente público.
4. O prestador de serviços compromete-se, ainda, designadamente, a não efetuar operações de tratamento, inclusive de divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo contraente público ao abrigo do contrato, para finalidades distintas das contratadas e sem que para tal tenha sido expressamente instruída, por escrito, pelo contraente público.
5. Após a conclusão da prestação de serviços, os eventuais dados pessoais tratados pelo prestador de serviços, deverão ser eliminados, incluindo eventuais cópias dos mesmos, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo do direito nacional e/ou comunitário.
6. Sem demérito das exigências legais diretamente aplicáveis por força do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, e da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, incumbe ao prestador de serviços:
  - a) Prestar a informação aos seus colaboradores sobre o tratamento dos seus dados pessoais na decorrência dos serviços contratados, nos termos do artigo 13.º do RGPD, inclusive a transmissão de dados pessoais ao contraente público para efeitos do presente contrato;
  - b) Garantir a implementação de medidas de segurança de modo a proteger os eventuais dados pessoais por si acedidos, contra o tratamento não autorizado ou ilícito, contra a sua perda, destruição, alteração, divulgação ou acesso não autorizado de modo accidental ou ilícito;
  - c) Em caso de incidentes de segurança suscetíveis de indiciarem a violação de eventuais dados pessoais acedidos no âmbito do presente Contrato, deverá reportar ao contraente público, sem

13





**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
**GOVERNO REGIONAL**  
**SECRETARIA REGIONAL DE TURISMO, AMBIENTE E CULTURA**  
**GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL**

demora injustificada e, sempre que possível, até 48 horas após ter tido conhecimento do mesmo.

**Cláusula 19.<sup>a</sup>**

**Subcontratação e cessão da posição contratual**

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos.

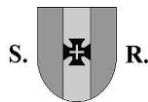
**Cláusula 20.<sup>a</sup>**

**Gestor do contrato**

1. O gestor do contrato encontra-se identificado no contrato, assumindo as funções previstas no artigo 290.º-A do CCP e artigo 8.º-A do DLR n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na redação atual, sendo igualmente nomeado o seu substituto nas ausências e impedimentos.
2. Nos termos do número anterior, compete ainda ao gestor do contrato, acompanhar o cumprimento das obrigações declarativas relativas a rendimentos gerados na Região Autónoma da Madeira por parte do cocontratante, nomeadamente a entrega dos documentos identificados no artigo 7.º-A do presente diploma (“Última Declaração de Rendimentos modelo 3 ou modelo 22, este último acompanhado do Anexo C, caso o Adjudicatário tenha exercido nesse período atividade na Região Autónoma da Madeira”).
3. Para efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 7.º -A do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua redação atual, no caso de AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS, os documentos exigidos no número anterior devem ser apresentados até ao termo da prestação do serviço, devendo ser entregues em simultâneo com o pedido de pagamento.

14





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA  
GOVERNO REGIONAL  
SECRETARIA REGIONAL DE TURISMO, AMBIENTE E CULTURA  
GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL

**Cláusula 21.<sup>a</sup>**

**Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

**Cláusula 22.<sup>a</sup>**

**Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

**Cláusula 23.<sup>a</sup>**

**Legislação aplicável**

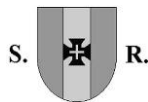
O contrato é regulado pela legislação portuguesa, em particular pelo Código dos Contratos Públicos, adaptado à Região Autónoma da Madeira (RAM) pelo Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua redação atual.

15

**ANEXOS:**

- **ANEXO I** - Características e especificações comuns dos serviços a prestar (**Lote 1**: Casa Museu Frederico de Freitas; **Lote 2**: Museu Quinta das Cruzes; **Lote 3**: Museu de Fotografia da Madeira (Atelier Vicente's)).





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA  
GOVERNO REGIONAL  
SECRETARIA REGIONAL DE TURISMO, AMBIENTE E CULTURA  
GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL

## ANEXO I – Características e especificações comuns dos serviços a prestar

### LOTE 1

#### Casa Museu Frederico de Freitas

##### 1. Descrição Sumária e local de trabalho

A Casa-Museu Frederico de Freitas, de proporções imponentes e chamativa cor avermelhada, é uma presença marcante na íngreme Calçada de Santa Clara e um elemento de destaque no âmbito da arquitetura civil urbana da zona histórica da São Pedro e do centro do Funchal.

Também conhecida por Casa da Calçada, esta designação identifica a antiga residência dos Condes da Calçada, cujos antepassados lhe estão associados desde os seus primórdios, no século XVII.

O edifício, identificado como palácio na imprensa do século XIX, é o resultado de sucessivas remodelações e ampliações, sendo especialmente marcantes as intervenções de cunho romântico, roçando exótico, realizadas na segunda metade de oitocentos.

Em 1941 a Casa foi arrendada ao Dr. Frederico de Freitas (1894-1978), advogado, notário e colecionador madeirense, que aí viveu cerca de 40 anos, reunindo um impressionante conjunto de obras de arte, posteriormente legado à Região Autónoma da Madeira.

16

Personalidade ilustre, Frederico de Freitas desempenhou um papel ativo no âmbito da sociedade e cultura locais. Começa a colecionar a partir dos anos 30, mas é a mudança para a ampla moradia da Calçada que lhe permitiu organizar a sua Casa das Coleções. E se o seu enfoque inicial recaiu sobre objetos relacionados com a Madeira, logo se tornou mais abrangente envolvendo um vasto conjunto peças de escultura, pintura, mobiliário, cerâmica, gravura, de origem nacional e estrangeira.

**Para o adequado desenvolvimento das atividades desta Casa-Museu, é fundamental a existência de condições de segurança para pessoas e bens. Exige-se, assim, uma atuação expedita e atenta na implementação e programação de rotinas de segurança e vigilância, por forma a assegurar que todas as áreas das instalações e os frequentadores das mesmas se encontram protegidos.**

##### 2. Funções a Desempenhar

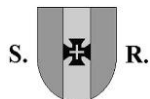
- Assegurar a receção e acolhimento de visitantes do Museu;
- Assegurar o serviço de bilheteira e da loja da instituição;
- Executar as tarefas de vigilância e segurança ao longo dos percursos de visita, utilizando os meios adequados;
- Orientar, encaminhar e prestar informações de carácter geral sobre os percursos de visita;

<http://madeira.gov.pt/srtac>

[gabinete.srtac@madeira.gov.pt](mailto:gabinete.srtac@madeira.gov.pt)







REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA  
GOVERNO REGIONAL  
SECRETARIA REGIONAL DE TURISMO, AMBIENTE E CULTURA  
GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL

- Zelar pela integridade do património afeto ao Museu;
- Apoiar ações de emergência da salvaguarda do património devidamente comprovadas;
- Por questões de segurança e do bom funcionamento das instituições museológicas, solicita-se que para o exercício das funções referidas sejam criadas equipas fixas/ permanentes;
- Falar preferencialmente inglês (ou outra língua), de forma a conseguir dar orientações básicas aos visitantes do Museu de outras nacionalidades.

### 3. N.º de trabalhadores

- 3 (três) trabalhadores.

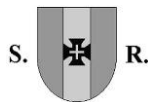
### 4. Horário de trabalho

- O horário de trabalho será realizado por turnos de 7 horas diárias/35 horas semanais.

LOTE 1 Casa Museu Frederico de Freitas		
Ano (N.º de Meses Estimado)	N.º de Trabalhadores	N.º de Horas / Mês
Ano de 2025 (4 Meses)	3	35 horas/mês
Ano de 2026 (12 Meses)		
Ano de 2027 (12 Meses)		
Ano de 2028 (8 Meses)		

17





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA  
GOVERNO REGIONAL  
SECRETARIA REGIONAL DE TURISMO, AMBIENTE E CULTURA  
GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL

**ANEXO I – Características e especificações comuns dos serviços a prestar**

**LOTE 2**

**Museu Quinta das Cruzes**

**1. Descrição Sumária e local de trabalho**

Oficialmente aberto ao público a 28 de maio de 1953 sob a denominação de Casa-Museu “César Gomes”, o Museu Quinta das Cruzes foi constituído com base na doação do ourives César Filipe Gomes, ao que se seguiu o legado do colecionador João Wetzler e diversas aquisições que formam, no seu conjunto, um percurso através da evolução das Artes Decorativas, bem como da história da Madeira.

A história do Museu Quinta das Cruzes teve início a 19 de dezembro de 1946, data da assinatura da Escritura de Doação feita à Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal de toda a coleção de objetos de arte e antiguidades pertencentes a César Filipe Gomes. Neste documento estabelece-se que a referida doação de objetos de arte e antiguidades (mobiliário, cerâmica, ourivesaria, joalharia, miniaturas, gravuras, pinturas, escultura, tapetes, colchas, etc.), é feita com o fim expresso de fazer instalar na Quinta das Cruzes um museu de Arte.

No cumprimento da referida Escritura, a Junta Geral inicia um longo processo de negociações com os então proprietários da Quinta das Cruzes (família Miguéis), que culminaria na expropriação da referida Quinta, tendo a Junta Geral e os proprietários chegado a um acordo quanto à quantia a indemnizar, conforme quitação assinada a 21 de abril de 1948.

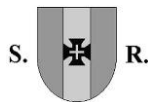
A 29 de Dezembro de 1949 é inaugurada na Quinta das Cruzes a sua primeira Exposição, curiosamente anterior à sua inauguração oficial como Museu. Esta mostra, organizada pela Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, sob o título Exposição de Gravuras Antigas da Madeira, foi incluída no programa de festas de Fim de Ano e compreendia 156 estampas e 80 gravuras avulsas, dos séculos XVIII e XIX, abarcando uma ampla perspetiva da vida e costumes regionais, organizados numa reconstituição da época, ao longo de seis salas.

Finalmente, a 28 de maio de 1953, é oficialmente aberta ao público a Casa-Museu “César Gomes”. Faziam parte da Comissão organizadora deste Museu, notáveis membros da vida cultural madeirense donde se destacam o Dr. José Leite Monteiro e o Dr. Frederico de Freitas, acompanhados pelo Dr. Ângelo Silva, Padre Eduardo Pereira, Prof. Basto Machado e João Maria Henriques.

A par de César Filipe Gomes, um outro “mecenas” contribuiu, de forma significativa, para o espólio do Museu Quinta das Cruzes. João Wetzler, nascido em Viena de Áustria, chegou à Ilha da Madeira cerca de 1939 refugiado da II Guerra Mundial. Este comerciante estabeleceu-se no mercado antiquário

18





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA  
GOVERNO REGIONAL  
SECRETARIA REGIONAL DE TURISMO, AMBIENTE E CULTURA  
GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL

com alguns dos objetos que comprou em leilões, alguns dos quais adquiridos em Inglaterra, onde no pós-Guerra encontrou condições favoráveis de mercado, sendo esta a proveniência de grande número de peças da sua coleção.

Em sinal de reconhecimento à Região, João Wetzler (nome que adotou após a sua naturalização) legou à Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal a sua coleção de pratas. Mas tal como o primeiro doador desta Instituição, e segundo condições expressas nas suas determinações testamentárias, colocou como condição que a sua Coleção fosse integrada no Museu Quinta das Cruzes. Em 1966, este legado é incorporado, oficialmente, no espólio do Museu.

São estas duas coleções particulares, a de César Filipe Gomes e a de João Wetzler, que constituem a base da criação do Museu Quinta das Cruzes. Por consequência, são também elas que irão determinar a vertente de Casa, que até hoje preside ao discurso museológico e museográfico deste espaço. A estas coleções juntam-se também diversas doações, bem como diversas aquisições, que globalmente enriqueceram um espólio, que se apresenta como um dos mais importantes da Região.

Até ao final da década de 70, o Museu permaneceu como a única instituição museológica de âmbito governamental, facto pelo qual foi depositário de muitas peças doadas e adquiridas que não se enquadravam no âmbito da sua vocação primordial.

O Museu Quinta das Cruzes integra desde 2002 a Rede Portuguesa de Museus.

19

**Para o adequado desenvolvimento das atividades deste Museu, é fundamental a existência de condições de segurança para pessoas e bens. Exige-se, assim, uma atuação expedita e atenta na implementação e programação de rotinas de segurança e vigilância, por forma a assegurar que todas as áreas das instalações e os frequentadores das mesmas se encontram protegidos.**

## 2. Funções a Desempenhar

- Assegurar a receção e acolhimento de visitantes do Museu;
- Assegurar o serviço de bilheteira e da loja da instituição;
- Executar as tarefas de vigilância e segurança ao longo dos percursos de visita, utilizando os meios adequados;
- Orientar, encaminhar e prestar informações de carácter geral sobre os percursos de visita;
- Zelar pela integridade do património afeto ao Museu;
- Apoiar ações de emergência da salvaguarda do património devidamente comprovadas;
- Por questões de segurança e do bom funcionamento das instituições museológicas, solicita-se que para o exercício das funções referidas sejam criadas equipas fixas/ permanentes;
- Falar preferencialmente inglês (ou outra língua), de forma a conseguir dar orientações básicas aos visitantes do Museu de outras nacionalidades.





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA  
GOVERNO REGIONAL  
SECRETARIA REGIONAL DE TURISMO, AMBIENTE E CULTURA  
GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL

**3. N.º de trabalhadores**

- 4 (quatro) trabalhadores.

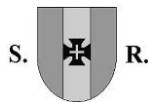
**4. Horário de trabalho**

- O horário de trabalho será realizado por turnos de 7 horas diárias/35 horas semanais.

<b>LOTE 2</b> <b>Museu Quinta das Cruzes</b>		
<b>Ano (N.º de Meses Estimado)</b>	<b>N.º de Trabalhadores</b>	<b>N.º de Horas / Mês</b>
<b>Ano de 2025 (4 Meses)</b>	<b>4</b>	<b>35 horas/mês</b>
<b>Ano de 2026 (12 Meses)</b>		
<b>Ano de 2027 (12 Meses)</b>		
<b>Ano de 2028 (8 Meses)</b>		

20





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA  
GOVERNO REGIONAL  
SECRETARIA REGIONAL DE TURISMO, AMBIENTE E CULTURA  
GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL

**ANEXO I – Características e especificações comuns dos serviços a prestar**

**LOTE 3**

**Museu de Fotografia da Madeira  
(Atelier Vicente's)**

**1. Descrição Sumária e local de trabalho**

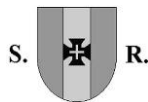
O Museu de Fotografia da Madeira - Atelier Vicente's assenta sobre um dos dois únicos estúdios de fotografia oitocentistas existentes em Portugal. Adquirido originalmente em 1865 por Vicente Gomes da Silva (1827-1906), possui entre o seu acervo, cenários, máquinas fotográficas, mobiliário especializado, molduras com fotografias originais, livros sobre técnicas fotográficas e um valioso arquivo fotográfico, que se estima contar entre 3 a 4 milhões de espécimes, que remontam até a década de cinquenta do século XIX, para além de ter um núcleo relativo ao cinema.

No século XIX, com os navios que aportavam à Madeira, chegavam também as novas ideias e técnicas, abrindo caminho ao surgimento de Estúdios fotográficos, como os de Vicentes Photographos, João Francisco Camacho, Augusto Maria Camacho, Perestrellos Photographos, Augusto César dos Santos e o seu sócio Joaquim Augusto de Sousa. A história do Atelier Vicente's remonta a 1848, ano em que Vicente Gomes da Silva inicia a sua atividade profissional como gravador, na Praça de São João. A sua capacidade técnica é reconhecida a 27 de abril de 1853, quando recebe a mercê de “gravador de Sua Majestade a Imperatriz do Brasil, Duquesa de Bragança”, viúva de D. Pedro IV, Rei de Portugal e primeiro Imperador do Brasil. Para além da gravação desenvolve outras atividades, nomeadamente, encadernação, marcenaria, tipografia e fundição. A sua incursão pela fotografia ocorre por cerca de 1852, altura em que adquiriu em Londres uma máquina fotográfica por 3 libras, através do então vice-cônsul de França, José António Monteiro Teixeira. Inicia a sua atividade fotográfica na sua residência sita à Rua de João Tavira, passando mais tarde para a Rua da Ponte Nova. A 27 de maio de 1865, adquire o imóvel à Rua dos Pintos, atual Rua da Carreira, onde fixa a sua residência e aí constrói o seu atelier fotográfico, inicialmente em madeira. Entre dezembro de 1886 e agosto de 1887, Vicente Gomes da Silva e seu filho Vicente Júnior, redesenham o antigo atelier, que é beneficiado e ampliado na forma que hoje conhecemos.

O Atelier Vicente's recebeu duas importantes distinções pelos seus trabalhos fotográficos, sendo que a primeira foi concedida em 1866 pelo império Austro-húngaro, na sequência do retrato da Imperatriz Elizabeth D'Austria (1837-1898), mais comumente conhecida por “Sissi”, que Vicente Gomes da Silva captou em 1860, tendo sido agraciado com o título de “Photographe de Sa Majesté l'Impératrice d'Austrie”. Em 1903, o seu filho, Vicente Júnior, foi agraciado com o título de “Photographo da Casa Real Portuguesa”, pelos seus registos fotográficos de D. Carlos de Bragança (1863-1908) e da Rainha

21





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA  
GOVERNO REGIONAL  
SECRETARIA REGIONAL DE TURISMO, AMBIENTE E CULTURA  
GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL

D. Amélia de Orleães (1865-1951) por ocasião da visita régia à ilha da Madeira em 1901. Oficialmente aberto ao público a 28 de maio de 1953 sob a denominação de Casa-Museu “César Gomes”, o Museu Quinta das Cruzes foi constituído com base na doação do ourives César Filipe Gomes, ao que se seguiu o legado do colecionador João Wetzler e diversas aquisições que formam, no seu conjunto, um percurso através da evolução das Artes Decorativas, bem como da história da Madeira.

O “Atelier Vicente’s” manteve a sua atividade comercial durante quatro gerações, até a década de setenta do século XX, altura em que cessa o seu funcionamento. O Governo Regional da Madeira, adquiriu em 1979 todo o acervo deste estúdio, que após requalificado como Museu, foi inaugurado a 22 de março de 1982, passando a designar-se Photographia – Museu “Vicentes”.

Em 2014, o Museu encerra para trabalhos de requalificação e reabre a 29 de julho de 2019, agora renomeado como Museu de Fotografia da Madeira. Para além de manter a memória do Atelier original, afirma-se agora como o único museu nacional inteiramente dedicado à fotografia, revelando o património fotográfico da Madeira e muitos dos seus autores e obras até hoje desconhecidos. Atualmente, entre o acervo do Museu encontra-se não só a coleção Vicente’s, como também espólios de outros fotógrafos profissionais e amadores como João António Bianchi (Visconde Vale Paraíso) (1862–1928); Major Charles Courtney Shaw (1878–1971); Gino Romoli (1906–1982); Aluísio César Bettencourt (1838-1895) ou João Francisco Camacho (1833-1898) (em estudo a autoria das imagens); Perestrellos Photographos; Augusto João Soares (1885-1970); Francisco João Barreto (1877-1934); Álvaro Crawford Nascimento Figueira (1885–1967); Alexander Lamont Henderson (1838–1907); Joaquim Augusto de Sousa (1853–1905); João Anacleto Rodrigues (1869–1948); Foto Figueiras; Foto Arte; Foto Joaquim Figueira; Russel Manners Gordon (3.º Visconde e 1.º Conde Torre Bela) (1829–1906); Artur Campos; Carlos Fotógrafo; Alberto Camacho Brandão (1884–1945); Foto Sol (de 1951 a 1980). Encontra-se também depositado no Museu o material audiovisual da antiga Delegação de Turismo da Madeira, coleção que inclui filmes – documentários – da autoria de: Hélder Mendes, João Pestana, António de Sousa, Luís Cabrita, entre outros.

22

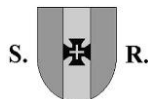
O museu apresenta, para além da reconstituição do atelier, uma resenha da história dos processos fotográficos, do daguerreótipo às primeiras fotografias a cores, passando pelos dispositivos de lanterna mágica e pela estereoscopia. Disponibiliza agora um espaço de exposição permanente representativa dos vários autores incluídos no acervo, de que faz parte o espólio de praticamente todas as grandes casas madeirenses de fotografia dos séculos XIX e XX, assim como um outro de exposição temporária, que irá exibir novidades numa base regular.

**Para o adequado desenvolvimento das atividades deste Museu, é fundamental a existência de condições de segurança para pessoas e bens. Exige-se, assim, uma atuação expedita e atenta na implementação e programação de rotinas de segurança e vigilância, por forma a assegurar que todas as áreas das instalações e os frequentadores das mesmas se encontram protegidos.**

<http://madeira.gov.pt/srtac>

[gabinte.srtac@madeira.gov.pt](mailto:gabinte.srtac@madeira.gov.pt)





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA  
GOVERNO REGIONAL  
SECRETARIA REGIONAL DE TURISMO, AMBIENTE E CULTURA  
GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL

## 2. Funções a Desempenhar

- Assegurar a receção e acolhimento de visitantes do Museu;
- Assegurar o serviço de bilheteira e da loja da instituição;
- Executar as tarefas de vigilância e segurança ao longo dos percursos de visita, utilizando os meios adequados;
- Orientar, encaminhar e prestar informações de carácter geral sobre os percursos de visita;
- Zelar pela integridade do património afeto ao Museu;
- Apoiar ações de emergência da salvaguarda do património devidamente comprovadas;
- Por questões de segurança e do bom funcionamento das instituições museológicas, solicita-se que para o exercício das funções referidas sejam criadas equipas fixas/ permanentes;
- Falar preferencialmente inglês (ou outra língua), de forma a conseguir dar orientações básicas aos visitantes do Museu de outras nacionalidades.

## 3. N.º de trabalhadores

- 3 (três) trabalhadores.

## 4. Horário de trabalho

- O horário de trabalho será realizado por turnos de 7 horas diárias/35 horas semanais.

23

<b>LOTE 3</b> <b>Museu de Fotografia da Madeira</b> <b>(Atelier Vicente's)</b>		
<b>Ano (N.º de Meses Estimado)</b>	<b>N.º de Trabalhadores</b>	<b>N.º de Horas / Mês</b>
<b>Ano de 2025 (4 Meses)</b>	<b>3</b>	<b>35 horas/mês</b>
<b>Ano de 2026 (12 Meses)</b>		
<b>Ano de 2027 (12 Meses)</b>		
<b>Ano de 2028 (8 Meses)</b>		

